

*Aprovada
Por maioria
Com abstenção
II, PSD, EDS*

----- 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA AJUDA -----

----- ATA NÚMERO QUATRO -----

----- (MANDATO 2025-2029) -----

----- Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte seis, a Assembleia de Freguesia da Ajuda reuniu, na sua Sede, sita na Calçada da Ajuda número duzentos e trinta e seis, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Sandra Paula Ferreira da Silva Alves, coadjuvada por Nuno Filipe de Sousa Reis, Primeiro Secretário, e Ana Mafalda Portela da Silva de Sousa Viana Chaves de Matos, Segunda Secretária. -----

Com a Seguinte ordem de trabalhos: -----

A. Intervenções do público B. -----

B. Antes da Ordem do Dia -----

C. C. Ordem do Dia: -----

I. Aprovação da ata da 3.ª sessão da Assembleia de Freguesia; -----

II. Apreciação da informação escrita do presidente da Junta de Freguesia; -----

III. Apresentação, discussão e votação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026 – Proposta JF n.º 244/2026; -----

IV. Autorização de celebração de contratos interadministrativos com a CML: -----

1. Autorização em ratificação da celebração do contrato interadministrativo de cooperação de otimização de recursos afetos à higiene urbana – Proposta JF n.º 228/2026; -----

2. Autorização em ratificação da celebração do contrato de delegação de competências para a recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos – Proposta JF n.º 229/2026; -----

3. Autorização em ratificação da celebração do aditamento ao contrato de delegação de competências no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação de Lisboa – Vertente de Apoio a Agregados Familiares – Proposta JF n.º 230/2026; -----

4. Autorização em ratificação da celebração do contrato de delegação de competências para a Manutenção de Espaços Verdes e Áreas Expectantes na Freguesia – Proposta JF n.º 231/2026; -----

V. Autorização em ratificação da celebração de acordo de parceria com diversas entidades, para a implementação do Projeto “GEPE JOVEM – Espaço de Capacitação e Oportunidades” – Proposta JF n.º 232/2026; -----

VI. 8.ª Alteração do Regulamento e Tabela Geral de Taxas – Deliberação JF n.º 246/2026

----- Do Partido Socialista (PS): Sandra Paula Ferreira da Silva Alves; Nuno Filipe de Sousa Reis; Ana Mafalda Matos; Joana Filipa da Graça Feliciano; Manuel Francisco Nóbrega Ornelas; Maria João Pereira Antunes Coelho Jorge; Manuel Guilherme Palma Leal Ceppas Catarino. -----

----- Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP): António Pereira da Silva; -----

----- Do Partido Social Democrata (PSD): Rosário Moura; -----

----- Da Iniciativa Liberal (IL): Tomás Coutinho de Lucena Barreiro; -----

----- Como independente Morgana Filipa Flor de Assunção Alves; -----

----- Como independente Emanuel Seixas de Almeida e Sousa. -----

----- Do Partido Comunista Português (PCP): Sandra Isabel Pinheiro Moreira de Almeida. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

---- O Freguês Paulo Ramos fez a seguinte intervenção: -----

---- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, membros da Mesa, membros desta Assembleia, caros vizinhos. Uma boa noite a todos. Ainda não foi dito, mas, de qualquer maneira, permitam-me cumprimentar, felicitando pela coragem demonstrada, os elementos agora independentes de Morgana Alves e Emanuel Santos, pela sua desvinculação partidária e passagem a independentes. Bem hajam por essa coragem que tantos autarcas em Portugal, inclusive nesta Assembleia, parecem não ter, limitando-se muitas vezes a ser meras caixas de eco partidárias ou locais. É urgente os partidos portugueses compreenderem que as Assembleias de Freguesia e Municipais devem ser espaços para tratar de assuntos e problemas reais das nossas comunidades. A política barata e os conflitos partidários devem ficar para a Assembleia da República. Aqui entre os fregueses queremos apresentar os problemas e soluções concretas sem perder tempo com a politicagem em bruta. -----

----- Senhor Presidente, como Ajudense e lesado, creio que alguns partidos aqui, presentes, devem pedir desculpas a todos nós, Ajudenses. A promessa do projeto intergeracional foi abandonada pela Câmara Municipal de Lisboa e pela atual vereação, passando do prometido ao adiado e agora ao inexistente. A justificativa apresentada é que já existe um projeto intergeracional em execução, financiado com 150 mil euros a uma associação com um buraco financeiro de 156 mil euros. É insuficiente. -----

----- Esperamos que a coragem que faltou agora surja. Quanto aos problemas reais desta freguesia., Alto da Ajuda, ainda aguardamos que a Gebalis compre o prometido e ponha fim à triste ao triste cenário dos moradores destruídos no Alto da Ajuda. Resultado de um problema mal gerido que prejudica toda a freguesia, inclusive, Lisboa. Cortes de energia no bairro. Os moradores têm sofrido cortes constantes de energia, por falta de capacidade de rede, elétrica, gerida pela EREDES. As reclamações não obtêm respostas concretas. A Comissão de Moradores Solicita à Junta de Freguesia que intervenha junto da EREDES para garantir uma solução rápida e segura ao problema. -----

----- Caramão da Ajuda. No depósito de água das quatro relvas, há árvores mortas há anos. São um risco grave, especialmente nesta época do ano. Devido à proximidade de Monsanto, podem ser focos de incêndio. Árvores caídas. Na semana passada, em Alcântara, um ramo caiu numa passadeira, atingindo duas viaturas. Por milagre, ninguém ficou ferido. Por sorte, não sei. Uma equipa da Câmara Municipal de Lisboa avaliou estas mesmas árvores uma semana antes do incidente. Pergunto, que confiança pode a população da ajuda ter nestas avaliações? Finalmente, há várias árvores em falta da freguesia, quando serão replantadas e como? Tinha só uma comunicação do Sr. Guedes que pede imensa desculpa por não estar presente. Ele, de certeza, estará a ouvir e queria desejar a todos umas boas férias e um descanso soltado. Ele não abandonou e fica aqui a minha palavra para o Sr. Guedes para ter força e voltar a esta freguesia e a esta Assembleia que muito mais falta. Obrigado.” -----

----- O Senhor Presidente da Junta cumprimentou todos os presentes e agradeceu a sua comparência. Dirigindo-se ao Senhor Paulo Ramos, esclareceu que as questões apresentadas não eram diretas, mas referiu ter tomado boa nota das mesmas. Garantiu que tentaria efetuar diligências para ajudar a resolver os problemas, embora tenha ressalvado que nenhum dos assuntos mencionados era da competência da Junta de Freguesia. No entanto, sublinhou que era competência do executivo tomar nota, comunicar e exigir a resolução dessas situações. A terminar, aproveitou ainda para enviar um abraço ao Senhor Guedes, reiterando os seus agradecimentos. -----



---- **A Freguesa Gracília Teixeira a seguinte intervenção:** -----

----- *"Boa noite, Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Junta, e a todos os presentes. Ainda não tive a oportunidade de dar as boas-vindas aos novos eleitos; dou-as hoje ao PSD, e à Morgana e ao Emanuel pela vossa coragem. Senhor Presidente, eu hoje trago dois assuntos que são muito aborrecidos para mim e gostava que desse uma explicação. Várias mães — sabe que eu ando na rua e toda a gente vem ter comigo — queixaram-se do campo de férias para as crianças, dizendo que há crianças em lista de espera. Eu calculo o porquê de isto estar a acontecer, mas era conveniente que o Sr. Presidente com o executivo desse uma explicação capaz aos pais. Além disso, acho que era muito necessária a inclusão da idade entre os 12 e os 16 anos, que todos os anos têm as suas atividades na junta para que os pais fiquem descansados, e este ano, por aquilo que percebi, não foram contemplados.* -----

----- *Outra coisa que gostava de saber, Senhor Presidente: na rede da junta, há uns tempos, anunciou um projeto que era uma espécie de escola, ou algo do género, para jovens que não trabalhavam nem estudavam. Pergunto-lhe onde está esse projeto e onde é que ele vai ser executado. Isto porque já me perguntaram se era verdade; eu disse que logicamente sim, mas não sei responder mais nada.* -----

----- *Outra coisa que eu também gostaria de dizer aqui é que a Ajuda também debate os seus próprios problemas e o Senhor Paulo Ramos disse bem: os outros problemas que o país tem são para a Assembleia da República. Apelo a todos — não sei se hei de apelar ao PSD, porque foi o único partido que não nos recebeu na Assembleia da República para a petição que nós temos online e em papel. Vamos levar isso à Assembleia da República. São precisas 7500 assinaturas, mas o Senhor Carlos Ribeiro irá falar sobre o assunto. Obrigado a todos.* -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer as questões apresentadas pela munícipe Gracília. Procurando ser claro e direto, explicou que o projeto Praia Campo é uma iniciativa que a Junta realiza há muitos anos, inclusive antes da delegação de competências, tendo começado através de um protocolo autónomo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, que passou mais tarde a ser assegurado exclusivamente por esta última. Esclareceu que, habitualmente, a autarquia assegura três autocarros para a Praia Campo infantil e que, embora no ano anterior se tenha conseguido disponibilizar quatro, este ano tal não foi possível, regressando-se aos três autocarros. Sublinhou que as regras do regulamento foram cumpridas com rigor, dando-se prioridade a quem reside na freguesia e por ordem de inscrição, ficando os restantes inscritos em lista de espera. Lamentando a situação, o Presidente garantiu que o executivo está a tentar reunir verbas para voltar a disponibilizar quatro autocarros no próximo ano. Contudo, ressaltou tratar-se de um programa excelente, mas muito dispendioso. Convidou os presentes a acompanhar a posterior apresentação de contas para compreenderem o motivo pelo qual a Junta não pôde aumentar os custos face aos anos anteriores. Relativamente ao segundo ponto, sobre o projeto GEPE, informou que o respetivo protocolo seria trazido àquela sessão da Assembleia para aprovação. Explicou que o programa é liderado pela Santa Casa da Misericórdia e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, reconhecendo que o processo se encontra um pouco atrasado, mas em pleno desenvolvimento. Referiu que, não tendo o executivo autonomia para formalizar individualmente aquele documento, avançou com a assinatura confiando na maioria, mas submetia-o agora à discussão e votação do órgão. O Presidente enfatizou a grande importância que a empregabilidade tem para a freguesia, lembrando que a autarquia já dispõe de um gabinete de emprego há vários anos por considerar que o trabalho e a autonomia são a melhor solução possível. Destacou que este projeto específico abrange um grupo difícil — jovens que não estudam nem trabalham (NEET) e que enfrentam grandes barreiras de integração no mercado laboral —, seguindo o seu próprio

percurso de implementação. Detalhou que a primeira fase consistiu na assinatura com os parceiros e indicou que o programa de compra de material informático já decorre no pavilhão multiusos. Especificou que as atividades terão lugar numa sala anteriormente utilizada pela Misericórdia noutro programa, o que garante autonomia de horários e de acessos. Concluiu a sua intervenção manifestando convicção de ter respondido a todas as questões e reiterou os seus agradecimentos. -----

---- O Freguês Carlos Ribeiro fez a seguinte intervenção -----

----- "Então, boa noite a todos os presentes. -----

----- A minha intervenção vai no sentido de sensibilizar os eleitos aqui presentes, que ainda não assinaram esta petição — 'A saúde não pode esperar' —, que se encontra disponível online e em papel, para a subscreverem e, de seguida, fazerem a divulgação da mesma, juntamente com os partidos, seja qual for o procedimento. É uma petição muito importante, de âmbito nacional, que não pertence a nenhum partido, e por isso temos de estar unidos neste objetivo. É incompreensível que existam portugueses à espera de cirurgias há meses e idosos esquecidos em camas hospitalares. Estão nesta situação 3.500 camas ocupadas com pessoas que têm alta clínica, mas sem alternativa de proteção do SNS, o que já representa 15% do total das camas do serviço público. -----

Esta ocupação indevida custa ao Estado — que somos nós — mais de 400 milhões de euros por ano. Por estranho que pareça, há um hospital na freguesia que serviu de retaguarda desde 2021 na resposta à Covid-19. Mais tarde, apoiou refugiados afegãos durante meia dúzia de meses, mas continua fechado, sem qualquer utilização pública. Isto é inaceitável. O SNS precisa urgentemente de respostas sociais, pois todos os meses a situação agrava-se. É precisamente por isto que solicitamos a reabertura urgente deste complexo da Boa Hora, que pode acomodar algumas centenas de pessoas e, assim, aliviar a pressão atual sobre o Serviço Nacional de Saúde. Por isso, apelo mais uma vez a todos os eleitos que assinem a petição, pois o vosso apoio é muito importante, tanto na assinatura como na divulgação da mesma. Se me permitir, de seguida vou deixar esta petição com a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

Para terminar, recentemente o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas referiu que se perdeu mais de uma década no planeamento das respostas ao envelhecimento da população, e que ano após ano alertou as entidades, mas sem resultado. É o cenário que temos. Resta acrescentar que, para esta petição ser discutida na Assembleia da República, são necessárias 7.500 assinaturas, mas penso que vamos atingir este valor. Não tenho mais nada a dizer, agradeço a vossa compreensão e peço que assinem a petição." -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia aceitou a documentação apresentada. De seguida, procurou confirmar se o pedido do Senhor Carlos Ribeiro consistia em que todas as forças políticas representadas subscrevessem a referida petição e procedessem à sua divulgação junto das respetivas estruturas partidárias e redes de contactos. Após manifestar o seu agradecimento, informou os presentes de que o documento ficaria à sua guarda até ao encerramento da sessão da assembleia, ficando disponível para assinatura por parte de todos os que demonstrassem disponibilidade e interesse. Relembrou ainda que a iniciativa se encontrava ativa na plataforma eletrónica de petições públicas sob a designação "A saúde não pode esperar". -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia acrescentou que não haveria mais nada a declarar sobre o assunto, uma vez que o executivo já tinha subscrito a petição, manifestando novamente o seu agradecimento. De seguida, deu por encerrado esse ponto para iniciar o período de antes da ordem do dia, informando que iria conceder consecutivamente a palavra à Morgana Flôr, ao

Emanuel e à Sandra Almeida, que haviam solicitado previamente a palavra para intervir antes do início dos trabalhos. -----

---- **A eleita Morgana Flôr (Independente) apresentou a seguinte declaração:** -----

"Boa noite a todos. Boa noite à Senhora Presidente desta Assembleia, boa noite ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, caros eleitos, e boa noite também a todos os presentes. Quero aproveitar esta Assembleia de Freguesia para informar a todos, formalmente, que me desfiliei do partido pelo qual fui eleita. A partir de agora, exerço — e o Emanuel já irá falar a seguir, mas de igual modo — exercemos o nosso mandato como independentes nesta Assembleia de Freguesia. Esta decisão resultou, e resulta, de uma reflexão pessoal, profissional e também política, mas queria deixar aqui registado que não representa qualquer tipo de alteração à minha pessoa, nem aos princípios e valores que sempre defendi." -----

---- *Continuo a ser exatamente a mesma pessoa que todos vocês conheceram e estão a conhecer; mantenho as minhas convicções, mantenho a minha visão conservadora sobre diversas matérias e mantenho, acima de tudo e de qualquer ideologia, a mesma vontade de trabalhar para esta freguesia. Gostava de falar aqui um bocadinho mais com o coração. Quando me propuseram ser candidata à Ajuda, pensei que, aos 20 anos, isto seria um grande desafio. Aceitei, ainda que um bocadinho a medo, e a primeira coisa que me veio à cabeça quando me fizeram o convite foi o meu avô, que era um grande senhor. Ele fez-me crescer aqui nas ruas da Ajuda e, quando aceitei, foi muito com o intuito de o honrar. Sobretudo de honrar o respeito, o carinho e o amor que tenho por ele. Eu já sabia que ia ter de trabalhar muito para sequer alcançar um terço do grande homem que ele foi e de tudo o que ele fez por esta freguesia. Isto para tentar resumir que nenhum partido, nenhuma ideologia ou diretriz se poderia sobrepor aos meus valores. Nada deveria fazer com que eu abdicasse de quem sou, da minha educação e dos meus princípios, mesmo que para isso me tivesse de desfiliar. E pronto, foi isso que aconteceu: desfilei-me. A minha passagem a independente não diminui a responsabilidade que sinto perante quem confiou em mim; aliás, muito pelo contrário, reforça ainda mais a determinação que tenho de continuar a desempenhar então este mandato. Não me quero alongar muito mais, mas gostava de vos deixar uma mensagem simples: podem todos continuar a contar comigo. A minha missão mantém-se exatamente a mesma, a vontade de trabalhar é exatamente a mesma e vou estar sempre aqui para ouvir, para representar, para falar e para lutar por uma Ajuda melhor. Obrigada."* -----

---- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente) apresentou a seguinte declaração:** -----

"Desde já muito boa noite à Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, mais executivo e eleitos e, com certeza, os nossos vizinhos e fregueses da Ajuda. O que hoje venho fazer aqui é uma declaração política de interesses. Eu, Emanuel Sousa, fui eleito para a Assembleia de Freguesia da Ajuda e venho-vos explicar porque é que, a partir de hoje, assumo o estatuto de independente. Eu integrei as listas para a Assembleia de Freguesia da Ajuda pelo Partido Chega. Isso é público, é sabido, mas eu sou e serei sempre um homem independente e livre politicamente. Agradeço, desde já, a confiança da Morgana quando me chamou para abraçar o projeto em prol da Ajuda e tentar ajudar a freguesia a ter uma voz mais ativa. Eu abracei esse projeto e juntei-me à luta. Contudo, chegou o momento em que não me revi em algumas — para não dizer bastantes — posições que eram limitativas do meu trabalho aqui na autarquia. Acima de tudo, essas diretrizes iriam colidir com muitos dos interesses da freguesia da Ajuda, dos nossos vizinhos e do bom funcionamento da freguesia. Como a minha postura pessoal sempre foi independente e livre de amarras, a minha opção rápida e imediata foi desvincular-me do partido e passar a exercer um mandato independente. Vou ser fiel ao mandato para o qual fui eleito e fica já aqui a minha primeira grande declaração de interesses: eu não passo cheques em branco a nenhuma força política. Vou manter o meu carácter

fiscalizador, mas, acima de tudo, congregador. Vou procurar compromissos com todas as forças políticas — repito, todas —, desde que o superior interesse da freguesia e da Ajuda seja salvaguardado. No dia em que sinta que o interesse da Ajuda seja ameaçado por lógicas de máquinas partidárias ou por outros interesses que não o verdadeiro bem-estar da população, serei um forte crítico. Estarei aqui para me opor, mas, da mesma forma que estarei pronto para me opor e criticar, também virei propor soluções, mantendo a tônica e o registo que sempre apresentei. Não me despedi, não vou renunciar ao mandato; vou andar por aqui, vou estar aqui bem presente para os ajudenses como um digno representante deste órgão eleito para este mandato até 2029. Muito obrigado." -----

-----**A Eleita Sandra Almeida (PCP) fez a seguinte intervenção**-----

---- "Senhora Presidente da Mesa, Senhor Presidente, mais Executivo, restantes colegas aqui das bancadas e público. Gostaria de deixar aqui duas notas que, nos parece enquanto a força política que represento, naturalmente parece-nos indicado em primeiro lugar, fazemos uma saudação à luta dos trabalhadores, pela sua greve geral que ocorreu recentemente e hoje mesmo, houve pela parte da CGTP uma ação de luta em frente à Assembleia da República no sentido tentarmos de alguma forma derrotarmos este pacote laboral bastante lesivo para todos os trabalhadores, inclusive para os trabalhadores da Ajuda. Ao contrário do que às vezes é dito, os assuntos abrangentes a nível nacional são a nível micro também refletidos e espelhados nível micro aqui na freguesia, mais que não seja pela qualidade do trabalho prestado pelos funcionários desta Junta e do seu executivo. Portanto, há aqui um pacote de medidas claramente penalizadoras para os trabalhadores e nós queremos manifestar que do que dependermos de nós estaremos sempre na luta, independentemente dele aprovado ou não. Os trabalhadores desta Junta e do país em concreto podem contar connosco para esse efeito. -----

----- E dizer também que, sinalizar um dia que parece pouco importante, mas que, no fundo, também espelha um pouco, não sei se têm conhecimento que o dia 11 de junho foi considerado internacionalmente como o Dia do Brincar, com tudo o que isso implica. Além da importância que tem para a promoção de medidas e políticas conducentes à concretização de aspetos fundamentais ao crescimento salutar das crianças em condições de plena igualdade, há aqui um conjunto de coisas que urgem vai um bocadinho ao encontro do que referi anteriormente: a alteração para horários desregulados, a imposição de ritmos de trabalho intensos, a precariedade e os baixos salários e outros fatores, dificultam a articulação da vida pessoal, profissional e familiar por parte dos pais, que obrigam as crianças a passar longas horas nas escolas e nas creches, em vez de estarem a brincar com os seus pais, caso houvesse condições para isso. Portanto, deixo aqui esta nota. Obrigada." -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** após as intervenções informou que se iria dar início ao período da ordem do dia. Após retificar a ordem dos trabalhos, esclareceu que, antes da apresentação das moções e das recomendações, iria proceder, como era hábito, à leitura das respostas obtidas relativamente às moções enviadas anteriormente. De seguida, leu a resposta proveniente da Casa Civil da Presidência da República, na qual se acusava a receção e se agradecia o envio da moção intitulada 'Combate a todas as formas de violência sobre as mulheres', remetida por aquela Assembleia através de ofício datado de 26 de março de 2026. Foi igualmente partilhada a resposta recebida da CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) relativa à moção do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, na qual a referida entidade apresentava os seus cumprimentos e agradecia o envio do documento por parte da Assembleia de Freguesia da Ajuda. A Presidente da Assembleia lamentou que não se recebessem sempre tantas respostas como as desejadas, mas sublinhou a importância de partilhar com o plenário as respostas obtidas. Por fim, declarou aberto o momento de apresentação das moções e recomendações da sessão. -----

----- A Eleita Morgana Flôr (Independente) apresentou o seguinte documento:" -----

----- **"Proposta para Celebração de Protocolo com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa para a Requalificação das rotundas da Freguesia"**-----

-----"Boa noite a todos outra vez. Então a proposta para a celebração de um protocolo com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa para a requalificação das rotundas da freguesia da Ajuda. A freguesia da Ajuda possui um importante polo universitário que acolhe diariamente milhares de estudantes e investigadores, que contribuem para a dinâmica e vitalidade da nossa Freguesia. A Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa dispõe de alunos e de centros com competências técnicas e criativas que podem constituir uma mais-valia para o desenvolvimento de projetos de valorização do espaço público. A aproximação entre a Junta de Freguesia e as instituições de ensino superior permite criar oportunidades de aprendizagem prática para os estudantes, enquanto também promove soluções inovadoras para problemas concretos na comunidade. Existem na freguesia diversos espaços públicos — nomeadamente rotundas, zonas verdes e outros pontos urbanos — podem beneficiar de intervenções de valorização paisagística, estética e identitária. A participação dos estudantes em projetos ligados ao território onde estudam contribui também para reforçar o sentimento de pertença e o envolvimento cívico na vida da nossa freguesia. Portanto, proponho à Assembleia de Freguesia da Ajuda que delibere: -----

1. Estabelecer contacto com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa com vista à celebração de um protocolo de colaboração; -----
2. Que avalie a viabilidade de desenvolver desafios académicos, concursos de ideias ou projetos curriculares destinados à requalificação e valorização dos espaços públicos da freguesia, como rotundas ou espaços 'amarelos' que, na verdade, deveriam ser verdes;
3. Promover, numa fase inicial, a apresentação de propostas para a requalificação estética e paisagística das rotundas da freguesia, sem prejuízo de outros espaços que possam vir a ser identificados; -----
4. Estudar a viabilidade de implementar os projetos que venham a revelar interesse técnico, urbanístico e financeiro para a freguesia; -----
5. Divulgar os trabalhos desenvolvidos, valorizando o contributo dos estudantes e reforçando a ligação entre a comunidade académica e a freguesia da Ajuda; -----
6. Apresentar à Câmara Municipal de Lisboa os projetos que venham a ser considerados de interesse para a freguesia, promovendo a sua análise e procurando a sua eventual concretização através de instrumentos e de programas municipais adequados." -----

----- A Eleita Joana Feliciano (PS) cumprimentou a Mesa, o Executivo, os eleitos e o público presente. Relativamente à proposta apresentada, começou por referir que já existia um protocolo formulado com a faculdade, sugerindo por isso alguns ajustes ao texto da moção, sem que isso alterasse a sua essência. Sublinhou que a Câmara Municipal de Lisboa detém grande parte destas competências no espaço público e lamentou que a Junta de Freguesia não disponha dos recursos financeiros necessários para assumir tais qualificações de forma autónoma. Criticou as falhas que a Câmara Municipal tem demonstrado na manutenção dos espaços verdes e públicos, mas defendeu que a Junta deve continuar a fazer o seu trabalho de pressão para obter uma resposta rápida. Mais acrescentou a necessidade de, para além do foco nas rotundas, alargar esta abordagem colaborativa às restantes faculdades sediadas no território da freguesia. Destacou que as manutenções prioritárias devem abranger vários pontos da freguesia, nomeadamente o Largo da Ajuda, o Largo da Torre do Galo, o Largo das quatro relvas, áreas que considerou prioritárias e nas quais a Junta tem vindo a tentar reforçar a sua atuação. A terminar, em representação da bancada do PS, propôs que a iniciativa fosse aprovada com uma emenda, salvaguardando que as novas diligências decorram no âmbito do protocolo já existente com a

faculdade, de modo a reforçar e dar continuidade ao trabalho que já se encontra em desenvolvimento. -----

----- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** manifestou apoio à moção, considerando-a uma boa iniciativa, e sublinhou a necessidade de envolver mais as partes interessadas para compreender as limitações atuais. O eleito destacou a falta de visibilidade dos projetos de arquitetura na comunidade e a necessidade de reforçar a aplicação prática do protocolo existente, sugerindo a criação de uma lista com as críticas e falhas apontadas para o debate. ---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** agradeceu ao Eleito Emanuel Sousa e questionou os proponentes se estariam dispostos a aceitar alterações na redação da moção. Esclareceu que o sentido das propostas apresentadas passava por especificar que, no âmbito do protocolo já existente, se deveria reforçar o contacto com a faculdade para que estes desafios fossem incluídos nas unidades curriculares dos estudantes. A Presidente referiu que este trabalho de colaboração académica deveria abranger não apenas as rotundas, mas também outras zonas prioritárias da freguesia, como o Jardim das Quatro Relvas e outras áreas adjacentes. Solicitou aos eleitos que fossem articulando a redação final que ficaria consagrada no documento e, de seguida, concedeu a palavra ao Eleito Tomás. -----

----- **O Eleito Tomás (IL)** interveio para saudar os presentes e destacar que a iniciativa promove a participação ativa da comunidade, nomeadamente dos estudantes universitários locais -----

----- Solicitou que constasse em ata que estas propostas devem ser entendidas como estudos ou concursos de ideias, não substituindo projetos técnicos nem constituindo uma forma de obter trabalho profissional gratuitamente. -----

----- **O Eleito Francisco Ornelas (PS)** reconheceu o mérito da proposta, partilhando a sua experiência académica na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa para sublinhar que já existe produção contínua de projetos urbanísticos para a zona, defendendo a ponte entre o conhecimento científico e a autarquia. Tecnicamente, Ornelas questionou o foco específico nas rotundas, explicando que, enquanto arquiteto, raramente intervém de forma isolada em nós viários, competindo tal requalificação a outras especialidades. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** considerou que o tema já tinha sido suficientemente debatido e pediu que a discussão se cingisse exclusivamente à alteração da redação da moção.

----- **A Eleita Morgana Alves (Independente)** usou da palavra para referir, de forma breve, que defendia a máxima de que pequenos passos levam a grandes mudanças, justificando assim a importância de intervir em pequenos espaços. Declarou aceitar as perspetivas técnicas partilhadas pelos restantes eleitos e avançou com a proposta de alteração formal ao documento. Desta forma, explicou que o ponto 1 passaria a prever que, no âmbito do protocolo já existente, se propusesse o estabelecimento de contactos com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, com vista a reforçar o interesse da freguesia na colaboração em vigor. Mais detalhou que os restantes pontos se manteriam inalterados, com a exceção da introdução de um novo ponto. Assim, o anterior ponto 6 passaria a ser o ponto 7, abrindo espaço para um novo ponto 6 que acolheria a sugestão feita pelo Eleito Tomás Barreiro. A pedido da Senhora Presidente da Assembleia, que necessitava de registar a redação exata por escrito, a Eleita Morgana Alves ditou a nova formulação para o ponto 6, estipulando que se deve assegurar que os trabalhos académicos sejam tratados enquanto estudos ou resultado de concursos de ideias, não devendo então substituir os projetos técnicos.

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** indicou que iria proceder à leitura da nova redação, estipulando que, a partir do ponto 1 e no âmbito do protocolo já existente, se estabelecessem contactos com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa com vista à celebração de novas formas de colaboração. A Eleita Morgana Alves (Independente) concordou, reforçando que o objetivo era aprofundar essas novas formas de colaboração. De seguida, a Senhora

Presidente da Assembleia confirmou a redação do número 6, o qual garantia que os trabalhos académicos fossem tratados como resultado de um concurso de ideias e não substituíssem os projetos técnicos existentes. Após validar se todos os presentes tinham conseguido ouvir a leitura, a Presidente questionou se a Assembleia se encontrava em posição de votar o documento. Posta a moção à votação, e após indagar se existiam votos a favor, contra ou abstenções, a Senhora Presidente da Assembleia declarou que a proposta fora aprovada por maioria, com a abstenção do PCP. -----

---- O Eleito Emanuel Sousa (Independente) dirigiu-se à Presidência para perguntar se ainda seria possível subscrever a referida moção, ao que a Senhora Presidente da Assembleia respondeu afirmativamente. -----

---- A Senhora Presidente da Assembleia deu o assunto por encerrado e anunciou a transição a apresentação do documento seguinte. -----

----- **A Eleita Morgana Flor apresentou o seguinte documento:** -----

----- **“Proposta de Avaliação e Requalificação da Curva de Ligação da Praça do Rio Seco”** -----

---- *Boa noite a todos outra vez. Agora gostava de propor a avaliação e requalificação da curva de ligação da Praça do Rio Seco. Como todos sabemos, "A circulação rodoviária na zona da Praça do Rio Seco, nomeadamente na ligação com a Rua Eduardo Bairrada, apresenta constrangimentos que dificultam significativamente o cruzamento de veículos. A configuração atual da curva existente obriga frequentemente os condutores a efetuar manobras de grande precaução, verificando-se dificuldades acrescidas quando se encontram veículos de maiores dimensões, como, por exemplo, carrinhas comerciais, veículos de distribuição ou viaturas de serviços. Em diversas situações, torna-se praticamente impossível o cruzamento simultâneo de dois veículos de maior porte, gerando paragens, manobras complexas e potenciais situações de risco para condutores e peões. Importa salientar que esta proposta não pretende promover o aumento da velocidade de circulação naquela zona, mas sim melhorar as condições de segurança rodoviária e a fluidez do trânsito, reduzindo os pontos de conflito atualmente existentes. Sendo a segurança dos utilizadores da via pública uma prioridade, considero pertinente avaliar a possibilidade de intervenção naquele local. Proponho, então, que esta Assembleia de Freguesia delibere:* -----

---- 1. Solicite aos serviços competentes da Câmara Municipal de Lisboa uma avaliação técnica da curva localizada na Praça do Rio Seco; -----

---- 2. Analise, em articulação com os serviços municipais, a viabilidade de uma intervenção que permita melhorar as condições de circulação e o cruzamento de veículos no local; -----

---- 3. Estude soluções que garantam maior segurança rodoviária, preservando simultaneamente a moderação da velocidade de circulação na zona; -----

---- 4. Que avalie a articulação com as entidades competentes sobre eventuais medidas adicionais a implementar; -----

---- 5. Que informe posteriormente esta assembleia sobre as conclusões da avaliação técnica e possíveis medidas a implementar. -----

---- Obrigada -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** agradeceu a apresentação e questionou o plenário se alguém pretendia intervir, concedendo de seguida a palavra à Eleita Joana Feliciano. -----

---- **A Eleita Joana Feliciano (PS)** esclareceu que a sua intervenção não visava propor alterações ao texto, mas sim contextualizar o sentido de voto favorável da sua bancada. Referiu que, embora existissem outros elementos que poderiam ser adicionados, o documento constituía um bom instrumento para continuar a pressionar a Câmara Municipal de Lisboa. Sublinhou que essa tem sido uma luta constante do partido para tentar acelerar a resolução deste e de outros problemas de trânsito na freguesia. Lembrou, a título de exemplo, a necessidade já identificada

de criar uma nova ligação viária para aliviar o tráfego no Rio Seco, conectando a Rua Eduardo Bairrada e a Rua do Cruzeiro. Concluiu reafirmando que, pela necessidade de avançar com soluções específicas para o local, a sua bancada iria votar a favor. -----

---- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia perguntou se mais algum eleito desejava intervir. Não havendo mais inscrições, declarou que o órgão se encontrava em posição de votar a moção. -----

---- Submetida a proposta a votação, a Senhora Presidente da Assembleia verificou não existirem votos contra, registando-se uma abstenção por parte da bancada do PS. Face ao resultado, declarou a moção aprovada por maioria. -----

---- A Senhora Presidente da Assembleia deu o assunto por encerrado e anunciou a transição a apresentação do documento seguinte.

----- **A eleita Morgan Flôr** (Independente) apresentou o seguinte documento -----

----- **"Proposta de ampliação dos abrigos das Paragens de Autocarro na Zona Universitária da Ajuda"** -----

----- "Boa noite a todas outra vez. A minha proposta é pela ampliação dos abrigos das paragens de autocarro na Zona Universitária da Ajuda. Como todos sabemos, a freguesia da Ajuda acolhe diariamente milhares de estudantes, docentes e trabalhadores que utilizam os transportes do Polo Universitário. As paragens de autocarro que servem esta população revelam-se manifestamente insuficientes para a quantidade de utilizadores que diariamente aguardam pelo transporte público, especialmente nos períodos de maior afluência. Durante os meses de outono e de inverno, esta situação agrava-se significativamente, uma vez que os atuais abrigos não possuem a dimensão suficiente para proteger todos os utentes da chuva, do vento e de outras condições meteorológicas adversas, obrigando frequentemente dezenas de pessoas a permanecerem desprotegidas. Foi igualmente transmitido a esta Assembleia que esta necessidade já teria sido identificada há vários anos, cerca de seis, sem que até ao momento tenha sido encontrada uma solução definitiva. Sendo a mobilidade sustentável e a utilização dos transportes públicos objetivos fundamentais para a cidade de Lisboa, importa garantir que as infraestruturas de apoio aos passageiros ofereçam as condições adequadas de conforto, proteção e segurança. Proponho, então, que esta Assembleia de Freguesia delibere: -----

---- 1. Estabelecer contacto com a Câmara Municipal de Lisboa, a Carris e as demais entidades competentes, no sentido de avaliar a ampliação dos abrigos nas paragens de autocarro que servem o Polo Universitário da Ajuda; -----

---- 2. Solicitar um levantamento técnico das necessidades existentes, identificando as paragens com maior afluência de passageiros; -----

---- 3. Defenda a implementação de uma solução antes do próximo período de outono/inverno, garantindo melhores condições de abrigo e conforto para estudantes, docentes, trabalhadores e demais utilizadores dos transportes públicos da zona; -----

---- 4. Informe esta Assembleia sobre as diligências efetuadas e os desenvolvimentos alcançados relativamente a esta matéria. Obrigada." -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** agradeceu a apresentação da proposta anterior e questionou se mais alguém em plenário desejava intervir, concedendo de seguida a palavra à Eleita Joana Feliciano. -----

---- **A Eleita Joana Feliciano (PS)** referiu-se à implementação dos novos abrigos de paragem na cidade de Lisboa, considerando que o processo inicial constituiu uma oportunidade perdida devido a erros nas dimensões e na conceção das estruturas. Sugeriu aditar um ponto extra à proposta no sentido de reforçar as exigências junto do município, solicitando formalmente a



substituição de equipamentos antigos por modelos adequados, à semelhança do que já havia sido reivindicado para outras paragens da freguesia. -----

---- **A Eleita Morgana Alves (Independente)** interveio brevemente para concordar com as críticas feitas, confirmando que os problemas decorriam de erros de conceção nas próprias dimensões dos abrigos de passageiros. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** tomou nota das observações e concedeu a palavra ao Eleito Emanuel Sousa. -----

---- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** declarou o seu voto favorável a esta terceira moção e corroborou as críticas feitas pela Eleita Joana Feliciano sobre o histórico dos abrigos na cidade. Relembrou o problema das antigas paragens e criticou a atuação da empresa concessionária JCDecaux que, na sua ótica, agravou a situação ao disponibilizar estruturas com palas de cobertura ainda menores, classificando estas opções como péssimas práticas em arquitetura e desenho urbano. O eleito enfatizou que a autarquia deve exigir correções urgentes à Câmara Municipal e à concessionária, destacando o caso do Polo Universitário onde milhares de pessoas ficam diariamente desprotegidas contra as intempéries, o que constitui um risco para a saúde pública. Concluiu apelando ao Senhor Presidente da Junta para que reforce esta mensagem e pressione diretamente os vereadores competentes para garantir uma intervenção rápida. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção, questionou se havia mais alguma questão a debater e pediu clarificações sobre a alteração ao articulado que tinha sido proposta. -----

---- **A Eleita Joana Feliciano (PS)** confirmou o seu interesse na integração da emenda à proposta em discussão. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** anuiu e dispôs-se a registar a redação de um novo ponto, que seria o ponto 4. -----

---- **A Eleita Joana Feliciano (PS)** ditou a redação pretendida, sugerindo que se solicitasse a renovação do abrigo por um equipamento adequado, tal como havia sucedido com os restantes abrigos da freguesia. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** interveio para retificar a localização exata da estrutura em causa, identificando-a na Rua Aliança Operária. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** confirmou a observação, assinalando que aquela era, de facto, a única paragem nessas condições naquele local. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** reiterou a concordância de que se tratava de um caso único na zona. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** acrescentou que, havendo mais do que uma paragem na Rua Aliança Operária, o caso do Rio Seco merecia particular atenção. Esclareceu que, com este aditamento, a moção passaria a contar com 5 pontos no total, definindo a redação do novo ponto 4: solicitar a renovação do abrigo da paragem do Rio Seco por um equipamento idêntico ao dos restantes abrigos da cidade. -----

---- **A Eleita Maria João Jorge (PS)** interveio de forma breve para solicitar a alteração da localização do abrigo na moção para “Rua Aliança operária” em vez de “Rio Seco”. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** acolheu o reparo e consolidou a redação final do ponto, circunscrevendo-o ao abrigo da paragem do Rio Seco localizada na Rua Aliança Operária. De seguida, perguntou ao plenário se mais alguém pretendia usar da palavra e, face à ausência de novas inscrições, avançou para o momento de votação. Colocada a moção alterada à consideração do órgão, a Presidente verificou que não se registaram votos contra nem abstenções, declarando o documento aprovado por unanimidade. -----

---- A Senhora Presidente da Assembleia deu o assunto por encerrado e anunciou a transição a apresentação do documento seguinte.

----- A eleita Joana Feliciano (PS) apresentou o seguinte documento: -----

----- **Pela continuidade, reforço e urgente operacionalização do programa BIP/ZIP** -----

----- “Boa Noite a todos. -----

----- Vou tentar fazer aqui uma abordagem para não vos ler tudo na ipsi verbis, mas dar um enquadramento e ler aqui a proposta de moção. Para vos dar um contexto estamos a falar da Carta BIP/ZIP Bairros intervenção prioritária que nasceu em 2011 e passados estes 15 anos, continua a ser muito relevante a sua pertinência e a sua atuação de apoio ao tecido associativo local na nossa cidade e sem ele, muito do trabalho que é feito localmente — e que acaba por responder onde o Estado não consegue chegar — está em risco. Para terem uma noção, o Plano de Atividades e Orçamento Municipal de 2026 prevê uma dotação de mais de 3 milhões de euros para este programa. Até aqui, parece-nos tudo bem. O problema é que, relativamente ao Plano Orçamental Plurianual de 2026-2030 apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa, não fazem referência expressa à dotação deste valor, ou seja, mencionam um Svalor, mas não especificam quanto vai estar alocado provisionalmente para cada ano. E dito isto também que já foi ultrapassado o período em que tradicionalmente é lançado o concurso anua, as associações já contam pelo menos tentarem alocar com este recurso, este, financiamento para dar continuidade às suas atividades junto da população vulnerável, e estamos aqui a falar de respostas sociais de todo o tipo que correm o risco de ser quebras. E ao criarmos aqui o risco do fim do apoio local é uma carência gravíssima, tanto aqui na Ajuda como noutras freguesias da nossa cidade. O que quero trazer aqui, em representação do PS é tendo em conta os atrasos já verificados na transferência destas verbas e antes que o assunto passe por entre os pingos da chuva, apresentamos na Assembleia de Freguesia da Ajuda esta moção que passo a citar: -----

---- Reconhecer a relevância estratégica deste programa que é instrumento fundamental no desenvolvimento local e manifestar profunda preocupação pela ausência de um plano de programação financeira plurianual claramente identificado que já ultrapassou o prazo; -----

---- Defender a continuidade, a valorização e o reforço do programa como política pública estruturada no município de Lisboa, e queremos solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a divulgação urgente do calendário para a abertura deste concurso, para as associações se poderem precaver e a resposta local e autárquica saberem o que fazer; -----

---- Recomendar o reforço progressivo da dotação financeira do programa, porque, apesar de 3 milhões de euros parecerem muito, quando olhamos para a realidade e para os custos da intervenção local, esta é muito mais valorizada que o dinheiro sem sim; -----

---- Solicitar a agilização dos procedimentos administrativos e financeiros associados à transferência destas verbas, garantindo maior previsibilidade e estabilidade às entidades promotoras, que acabam por viver na precariedade de um financiamento incerto, obrigando muitas vezes a Junta a assumir o trabalho que deveria ser da responsabilidade da Câmara; Também obviamente reconhecer publicamente o papel das associações e organizações locais, tanto na Ajuda como em toda a cidade, pelo trabalho magnífico que desenvolvem junto de todos os cidadãos; -----

---- Defender o reforço das respostas de proximidade dirigidas ao combate ao insucesso escolar, à pobreza infantil, à exclusão social, ao desemprego e ao isolamento das pessoas idosas — todas estas são áreas onde o programa tem demonstrado resultados amplamente reconhecidos em Lisboa. -----

---- Cabe aqui a recomendação final de remeter a presente moção à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa, à Sra. Eng^a Marta Soto Mayor Diretora Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local, e a todas as Assembleias de Freguesia do município de Lisboa, para que consigamos dar ainda mais força a esta reivindicação. Muito obrigada. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia pediu** a palavra antes de se iniciarem as intervenções para partilhar que tinha estado presente, nessa mesma manhã, numa reunião sobre o programa BIP/ZIP, onde uma consultora apresentou os trabalhos de preparação da versão "BIP/ZIP 2.0". Manifestou o receio de que esta nova versão replique o sucedido com o Orçamento Participativo, cujos projetos aguardam concretização há cinco anos. Lamentou a ausência da Senhora Vereadora na reunião, a qual considerou um instrumento social estruturante para a cidade, registando que a sessão foi acompanhada pela Diretora Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local, Engenheira Marta Souto Maior, e pela equipa de consultoria. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que na referida reunião foram expostos os mesmos problemas apontados na moção em debate, designadamente os atrasos nos pagamentos e o incumprimento dos prazos de lançamento dos concursos, habitualmente agendados para abril ou maio. Informou o plenário de que a devolução dos resultados dos workshops de cocriação está prevista apenas para outubro, expressando forte preocupação de que a dotação orçamental de 3,5 milhões de euros prevista para 2026 seja transitada para 2027 devido à inexistência de avisos de abertura atempados. Criticou ainda o facto de a Diretora Municipal ter admitido que não podia garantir a abertura do concurso por a tutela política ter assumido funções recentemente e ainda não dominar o programa. -----

---- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** considerou o relato da Mesa um reflexo do desprestígio e desrespeito da Câmara Municipal de Lisboa perante o programa BIP/ZIP e o trabalho das associações locais. Destacou o impacto positivo que o financiamento deste programa tem tido na freguesia da Ajuda, servindo de balão de oxigénio para dezenas de iniciativas comunitárias de proximidade. Condiçãoou o seu voto favorável à moção à inclusão de uma emenda que exija garantias financeiras plurianuais com valores concretos fixados para os anos subsequentes, como 2027 e 2028, rejeitando lógicas de cativação de verbas ou justificações baseadas na transição de equipas políticas. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** retomou a palavra para corroborar a necessidade de clarificação orçamental, criticando o argumento técnico de que os valores plurianuais não carecem de inscrição por se tratar de despesa operacional. Apontou que os limites máximos de financiamento por projeto se mantêm congelados nos 50 mil euros há dez anos, ignorando o aumento real dos custos de operação e dos recursos humanos. Concluiu a sua observação lamentando as prioridades orçamentais do município. -----

---- **Na fase de concertação da redação final, a Eleita Joana Feliciano (PS) e o Eleito Emanuel Sousa (Independente)** articularam alterações, sendo que ficou acordado que o ponto 6 passaria a integrar a exigência explícita de indicação dos valores previstos para o orçamento plurianual.

---- **A Senhora Presidente da Assembleia propôs** o aditamento de um ponto extra (ponto 10) para solicitar que a moção obtenha uma resposta formal por parte da Senhora Vereadora com a fixação de um prazo máximo, proposta que colheu a anuência da bancada do PS. Colocada a moção alterada à consideração da Assembleia, a mesma foi aprovada com unanimidade, com a exceção do ponto 2, que obteve a abstenção do PSD e CDS. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia após isso** passou à apresentação do documento seguinte. -----

---- **O eleito Manuel Catarino (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **"Moção pela Resolução de Problemas do Bairro Alto da Ajuda"** -----

---- *"Olá Boa Noite a todos,* -----

---- *Sigo as pisadas da Joana em vez de ler ipsius verbis vou fazer um resumo, é uma moção que retrata a participação ativa dos moradores do Bairro Alto da Ajuda em relação aos problemas do próprio bairro, nomeadamente a manutenção das infraestruturas e afins. Tem alcançando os vários fóruns e tem também merecido a atenção da Câmara Municipal de Lisboa, que dá*

respostas e marca reuniões, mas depois, na verdade, muitos dos temas ficam esquecidos. Dou o exemplo de quatro pontos e depois um alerta, mas para começar a participação do morador da última reunião descentralizada para Ajuda e Belém que mencionou o problema da recolha do lixo, de facto, os caixotes das ruas são difíceis de movimentar por serem muito pesados, sobretudo para as pessoas idosas, e que após ter sido marcada uma visita, os técnicos deslocaram-se ao local e indicaram os sítios próprios para a colocação de ecopontos. Houve uma promessa de que a medida ia ser executada, mas até hoje, ainda não houve mais nenhuma ação esta reunião já foi há dois meses, -----

---- Depois também o tema dos Miradouros que é uma obra que está quase a fazer o seu terceiro aniversário que foi retomada mesmo antes das eleições autárquicas, na altura foi distribuído um prospeto que a obra tinha um prazo de termino previsto para a dezembro. Mas continua com lixo de obras a céu aberto, a obra está parada, está numa fase muito finalizada, no fim o que é bom, houve uma visita da Assembleia Municipal de Lisboa em se falou de colocar iluminação orientada para os moradores de forma a resolver os problemas existentes, mas até agora não foi feito nada nesse sentido e o lixo está lá a poluir está lá há semanas, não se percebe a inação.

----- Também vários relatos de falhas de iluminação na via pública no bairro, mais especificamente em cinco ruas diferentes. Há registos com mais de um ano e não se percebe porque é tão complicado. Esta questão liga-se com o que o cidadão Paulo Ramos referiu há pouco sobre as oscilações da eletricidade, que podem estar na causa disto, pelo que se calhar resolver um problema pode ajudar a resolver o problema das avarias da iluminação, mas é preciso acima de tudo ação. -----

----- Há ainda outro tema que é a segurança rodoviária na Rua dos Marcos. É uma artéria onde o trânsito flui com muita rapidez, mas que regista uma grande passagem de peões a atravessar a via, pelo que as pessoas se sentem inseguras e até os moradores que residem na envolvente relatam que o ruído provocado pela velocidade dos carros também é muito preocupante e já foram registadas várias ocorrências 'Na Minha Rua' e existem relatos de muitos cidadãos que tentaram contactar os decisores — há inclusive uma queixa datada de 2018 "Na minha rua" e a somar a estes relatos existem relatos de buracos na via de rodagem de falhas na sinalização vertical espelhos que caíram que não foram repostos. -----

----- E agora sim vou ler *ipsis verbis* aquilo que são as solicitações que trago a esta Assembleia: -

----- Solicitar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que determine a cada vereador competente um plano de resolução com calendarização concreta e que reveja os procedimentos internos "Na Minha Rua" para garantir tempos de resposta razoáveis em particular ocorrências com mais de 90 dias sem resolução; -----

---- Solicitar à vereadora com o pelouro da Higiene Urbana a instalação dos ecopontos nos locais já identificados e validados na visita técnica, sem mais demoras; -----

---- Solicitar ao Vereador da Habitação a conclusão definitiva da obra dos Miradouros da Rua 5, incluindo a proposta de alteração da iluminação e a remoção imediata de entulhos do espaço público; -----

---- Solicitar ao Vereador da Mobilidade também, que realize uma reavaliação técnica urgente à Rua dos Marcos, que consulta com a população e apresente no prazo de 60 dias uma proposta de redução de velocidade com esclarecimento formal sobre a ausência de resposta desde 2018;

---- E por último o vereador com o pelouro das infraestruturas a execução no prazo de 30 dias das intervenções de comutação dos buracos, da instalação de sinalização vertical em falta e a reparação nas avarias nas 29, 30, 24, 16 e 4" -----

---- A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra aos eleitos, não havendo intervenções procedeu a votação tendo a moção sido aprovada por unanimidade. -----

---- A Senhora Presidente da Assembleia passou à apresentação do documento seguinte. ----

---- A eleita Joana Feliciano (PS) apresentou o seguinte documento: -----

---- “Moção de Recomendação de apoio e subscrição à petição “ABRAM O COMPLEXO DA BOA-HORA, O CONVENTO E HOSPITAL MILITAR. A SAÚDE NÃO PODE ESPERAR!” -----

----- Visto que este tema não é de nós que está aqui, não é a primeira vez, esteve cá o Sr. Paulo a falar, a Sra. Gracília, a reforçar o tema. Eu venho só acrescentar e dizer o que é que nós estamos aqui a fazer hoje, especificamente para continuar a reforçar e também mobilizar o máximo de assinaturas, que é algo que temos que ter a 7500. Nós sabemos que, isto é uma preocupação, o Sr. Carlos Ribeiro até mencionou na questão do uso individual de camas em internamentos, eu deveria verificar aquilo, para reforçar, até incluir aqui na moção, alguns dados até mais, para reforçar os dados que já têm, na 10ª edição do barómetro dos internamentos sociais, isso até equivalia estas camas ocupadas indevidamente a um custo anual superior de 355 milhões de euros. Nós estamos a gastar 351 milhões de euros e temos uma riqueza ao nosso lado que podia estar em prol de todos nós e quem pudesse necessitar mais. -----

----- Portanto, o que é que nós aqui queremos apresentar e recomendar, não só à Assembleia para aprovar esta moção, e tudo o que nela está recomendado, mas também a todos os seus cidadãos amigos a passarem a informação. Apoiem e divulguem publicamente esta petição, online e também está na internet física. Incentivando a subscrição. Eu no início desta Assembleia até fui verificar como estava a nível online só temos 389 faltam-nos 7111. Não sei como estamos fisicamente. Portanto aqui temos que ter essas 7500 assinaturas para conseguir discussão Plenário de Parlamento na assembleia da república. Depois continuar nesta luta em todos os ambientes onde vivemos falar deste tema mesmo que mesmo que não seja diretamente impactado, mas a lutar e conseguirem mobilizar força cidadã à volta disto, podem não levar o tema tão perto, porque não tem o ajuda no seu coração, no seu dia-a-dia, mas sabem que isto, no final, vai custar a todos mais de 350 milhões de euros, que estão a ser usados e quando há aqui uma solução. -----

----- Portanto, defendemos esta instalação naquele espaço nas valências com cuidados continuados, reabilitação, recuperação pós cirúrgica, camas de transição hospital-domicílio, respostas sociais das proximidades dirigidas, em particular à população idosa e às famílias cuidadoras, portanto, está tudo explícito, está na petição, e retirar aqui a necessidade do património público devoluto ser colocado de serviço das populações, porque isto não é um caso isolado de quanto património público nós temos. Na nossa freguesia temos bastante, mas por toda a cidade. Eu, às vezes, existo uma aplicação, como é que eu faço a citar, a mencionar que existe uma aplicação, às vezes, de fotos a tudo o que sobe, equipamento público, devoluto, ou casas que estão fechadas, porque existe uma aplicação que não é gostada, mas dá-nos esse mapeamento para reforçar este movimento cívico é bastante importante o que propõe. -----

---- E, por último, deve-se ter a recomendação de ser enviada às assembleias de freguesia de Belém, Alcântara e até de Campo do Ourique, afim de mobilizar as subscrições, também porque tem que vir de uma relativa proximidade e poder aqui ajudar a ganhar mais mobilização e divulgação desta petição. E é isto. Obrigada”. -----

----- O Eleito Emanuel Sousa (Independente) defendeu que as estruturas e máquinas partidárias deveriam atuar a favor da causa em debate, aludindo criticamente aos montantes financeiros expressivos que os partidos investem em comunicação e redes sociais. O eleito explicou que, após o esforço de recolha de assinaturas por parte dos cidadãos, considerava essencial fazer chegar o documento às direções nacionais de todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia da Ajuda, exortando-as a divulgar e apoiar a mensagem, por se tratar de uma matéria de saúde pública de âmbito nacional e não meramente local. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia tomou nota da sugestão e passou a

palavra à Eleita Sandra Almeida. -----

----- **A Eleita Sandra Almeida (PCP)** recordou que a proposta em discussão representava uma causa e uma luta com vários anos de histórico na freguesia. Destacou o papel do Senhor Carlos Ribeiro enquanto dinamizador histórico do processo, assinalando que a matéria já tinha sido apresentada anteriormente a diversos órgãos, incluindo a Assembleia da República, a Junta, a Câmara e a Assembleia Municipal. Sublinhou a natureza suprapartidária da iniciativa, justificando que o PCP se associava à mesma por se tratar de uma luta comum que beneficiava diretamente a população da Ajuda, confirmando que a sua bancada iria acompanhar a proposta. ---- **A Senhora Presidente da Assembleia** inquiriu se mais algum membro pretendia intervir e concedeu a palavra ao Eleito Tomás Barreiro. -----

----- **O Eleito Tomás Barreiro (PSD)** reconheceu o historial complexo do assunto e notou que, tendo em conta as competências envolvidas, essa iniciativa parecia ser a via mais eficaz para alcançar uma resolução definitiva. Informou o plenário de que já tinha assinado a petição e que iria solicitar ao seu partido o apoio possível à causa, embora sem poder garantir antecipadamente os moldes desse apoio. Concluiu manifestando o interesse em saber se os termos da proposta permitiam a subscrição formal por parte dos restantes eleitos. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** cedeu a palavra à Eleita Morgana Alves. -----

---- **A Eleita Morgana Alves (Independente)** manifestou formalmente o seu desejo de subscrever o documento em discussão. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se mais alguém desejava intervir. -----

---- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** reforçou o pedido para que a subscrição por parte dos eleitos independentes ficasse imediatamente registada. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** confirmou os pedidos de subscrição e inquiriu se a bancada do PCP pretendia também subscrever formalmente o documento, ao que a Eleita Sandra Almeida respondeu que a sua bancada acompanharia o sentido da proposta. Em seguida, a Presidente questionou a proponente, Eleita Joana Feliciano, se aceitava as subscrições apresentadas, obtendo parecer favorável. -----

---- **A Eleita Morgana Alves (Independente)** pediu a palavra para uma última nota breve de confirmação. -----

--- **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou o plenário esclarecido e colocou a moção a votação. Após consultar as bancadas sobre os sentidos de voto, registou a aprovação do documento por maioria, com a abstenção da bancada do PSD e voto contra do CDS. A terminar, notou, a título de registo, que era a primeira vez, desde que exercia funções naquele órgão, que o PSD optava pela abstenção numa moção com aquele teor. -----

---**A Eleita Joana Feliciano (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **“VOTO DE LOUVOR À MARCHA DA AJUDA”** -----

----- *“Esta moção dá-me particularmente gosto. Todas dão, mas não num tom negativo. Nós trazemos sempre problemas, é por isso que estamos cá, para os resolver, mas trago aqui um reconhecimento formal, esta moção trás esse voto de louvor formal, mas não só à marcha, porque nós estamos a falar em 92 anos de história. Independentemente dos resultados que nós temos de ter orgulho do que é nosso e estamos a falar de marchantes, ensaiadores, coreógrafos, figurinistas, músicos, costureiras, voluntários, eventos associativos, famílias inteiras, que ficam meses e meses envolvidos até àqueles minutos na avenida. -----*

E olhando para a marcha em si, não só a da Ajuda, mas por o seu enraizamento e que nasce por meio popular, estranho é não haver esse espaço para nós, populares, um povo poder também, ter uma palavra para dizer, de forma vinculativa, quando são eleitas, ou melhor quando são pontuadas, pelo júri, as marchas. -----

---- E é nesses termos, e também para formalizar aqui o louvor a todo o trabalho feito em coletivo, que querer apresentar à Assembleia da Freguesia e da Ajuda, aprove este voto louvor à marcha da ajuda, nas pessoas dos seus responsáveis, o Diogo Silva e o Jorge Pimenta, e de todos os que, com o trabalho incansável de educação, residência, muito tempo pessoal e recursos, também expressamos a nossa... aliás, o nosso reconhecimento por mantarem viva a identidade e irreverência. -----

---- E também, obviamente de uma forma mais formal, recomendamos à Câmara Municipal de Lisboa e à Empresa de Gestão de Departamentos e Animação Cultural da EGEAC, que considerem medidas que reforcem a transparência, a participação e o carácter popular destas marchas populares de Lisboa. Porque têm um carácter popular destas marchas que têm popular no nome, não há mais evidência que essa. -----

---- E tendo em conta que o 80% dos marchantes de cada marcha, aliás, nomeadamente, peça desculpa, é aqui a nossa sugestão: -----

---- A. Que 80% dos marchantes de cada marcha sejam obrigatoriamente residentes no Concelho de Lisboa, assim reforçando este vínculo territorial e comunitário, e que se mantenha viva a genética da freguesia e a ideia do ADN popular. -----

---- B. Que seja criado um mecanismo de participação pública. Por exemplo, um voto popular que seja vinculativo, contabilizado e divulgado. Porque assim permite que o público também tenha uma palavra a dizer e não apenas um júri estipulado-----

---- C. que sejam publicados relatórios detalhados de pontuação, por categoria e por marcha, de forma clara e acessível. Mais uma vez, transparência. Já estava a ver o Manuel a intervier nesse ponto. E não só, reforçando o escrutínio e a confiança neste processo. -----

---- D. que se promove o espaço da auscultação anual das coletividades, porque é através delas que temos esta existência, e esse histórico. Todas as coletividades participantes garantem que as regras e os critérios refletem a realidade e as necessidades dos bairros. -----

---- Por último, esta recomendação deverá ser enviada à Câmara Municipal de Lisboa, à EGEAC e às coletividades participantes nas marchas e às Assembleias de Freguesia com marchas, para conseguirmos forçar até mais o poder de reivindicação." -----

---- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** declarou que iria acompanhar a moção, referindo que o tema das marchas populares lhe era muito querido e que conhecia pessoalmente a maioria dos marchantes. Criticou o facto de as Marchas Populares de Lisboa serem frequentemente utilizadas para promover apenas dois ou três bairros tradicionais, em detrimento do trabalho real das coletividades. Apontou uma forte falta de transparência no sistema de votação, detalhando que a apresentação no MEO Arena representava 75% da pontuação, enquanto o desfile na Avenida da Liberdade valia apenas 25%. Sublinhou a subjetividade dos critérios dos júris e recordou o exemplo de um coreógrafo conhecido cuja marcha vencia sempre. Relativamente à Marcha da Ajuda, afirmou que o desempenho não justificava o último lugar obtido, a menos que a prestação no pavilhão tivesse sido muito má. Quanto ao critério de naturalidade ou residência dos marchantes, sugeriu um ajuste progressivo em três anos, dos 30% até aos 60%, para não penalizar os bairros que sofreram perda de população. -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** questionou se um modelo com 50% de marchantes locais seria o mais justo para o regulamento. -----

---- **A Eleita Joana Feliciano (PS)** concordou com a proposta, considerando que fixar o teto em 50% seria a solução mais equilibrada. -----

---- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** anuiu à proposta de fixar o critério em 50%. -----

---- **O Eleito Tomás Barreiro (PSD)** sugeriu que a moção pudesse ser votada por pontos e manifestou a sua discordância e dúvidas relativamente a duas matérias. Em primeiro lugar,

questionou a implementação de quotas de residência nas marchas, argumentando que a desertificação habitacional de Lisboa forçava os moradores a mudarem-se para a periferia. Lembrou que os marchantes eram voluntários não remunerados e que limitar a participação de quem vinha de fora da cidade poderia prejudicar o envolvimento cívico. Em segundo lugar, pediu esclarecimentos sobre o ponto dois do documento, referente ao carácter vinculativo do voto popular. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** passou a palavra à proponente da moção para responder às dúvidas levantadas. -----

---- **A Eleita Joana Feliciano (PS)** explicou que o objetivo não era definir um processo rígido ou ditar regras exatas à organização central, mas sim garantir uma cooperação que salvaguardasse a expressão popular, assegurando que o voto do público passasse a ser efetivamente contabilizado na nota final. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** acrescentou que a ideia passaria por instituir um sistema de votação popular por mensagens escritas (SMS) e defendeu que, relativamente à origem geográfica dos marchantes, se devia preconizar que fossem maioritariamente de Lisboa ou da respetiva Área Metropolitana. -----

---- **A Eleita Sandra Almeida (PCP)** referiu que o eleito do seu partido na Câmara Municipal de Lisboa, João Ferreira, já tinha apresentado recomendações semelhantes sobre a matéria. Alertou para a grave situação de desertificação dos bairros históricos devido à crise da habitação, sublinhando que as pessoas tinham sido expulsas dos seus locais de origem. Na perspetiva da sua bancada, impor uma quota rígida (fosse de 80% ou de 50%) seria penalizar duplamente os marchantes que viram a sua ligação ao bairro cortada por razões económicas, defendendo que não se deveria limitar essa participação. -----

-- **A Senhora Presidente da Assembleia** pediu a palavra para acelerar os trabalhos, justificando que o tempo da sessão se estava a esgotar. Apresentou um resumo com uma proposta de consenso à proponente Joana Feliciano: em vez de se fixar uma percentagem rígida, a moção passaria a defender que uma parte dos marchantes de cada marcha deva ser residente no concelho de Lisboa. Exortou os eleitos a serem mais céleres e concisos nas intervenções das moções seguintes para cumprir o horário regulamentar. De seguida, deu por encerrado o debate e colocou à votação a moção de voto de louvor à Marcha da Ajuda, com a alteração aceite. Por fim, verificou não existirem votos contra nem abstenções, declarando a moção aprovada por unanimidade. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia**, de seguida passou à apresentação do documento seguinte. -----

-----**O eleito Francisco Ornelas (PS)** apresentou o seguinte documento: -----
----- **Recomendação pela assinatura de um “Protocolo de manutenção do Multiusos da Ajuda entre a CML e a JFA”** -----

---- *“Senhora Presidente, Senhores Vereados, Senhoras e Senhores Presidenciais. O pavilhão multiusos da ajuda foi inaugurado em 2021 pela Câmara Municipal de Lisboa, mas desde então é gerido pela Junta de Freguesia da ajuda que é um chão comum da vida comunitária. Diariamente recebe várias dezenas de cidadãos, atividades físicas, culturais, educativas, sociais e comunitárias. É importante e essencial para a coesão social e a participação cívica e desportiva e coletiva. Como todos devemos ter memória, também foi palco de algumas iniciativas de relevo para a cidade e até regional como exemplo das Jornadas Mundiais da Juventude, por exemplo, como de natureza planetária associativa, cultural ou desportiva. Durante estes 5 anos, os custos de gestão, funcionamento, conservação e manutenção têm sido assumidos integralmente pela Junta de Freguesia da Ajuda. Note-se também que a cidade de Lisboa continua a registar uma*

carência significativa de equipamentos desta natureza, tal como noutras áreas, ainda mais expressiva na zona ocidental, da Alcântara, Ajuda e Belém. -----

---- O Multiusos da Ajuda é o equipamento municipal, o que torna absolutamente inacreditável que a Câmara se demita das suas responsabilidades proprietárias e se negue a prestar o apoio necessário para que este espaço continue a dar resposta às necessidades de tantos dos seus munícipes. E ainda existem, noutras freguesias, vários espaços, alguns deles estão a ser aprovados neste momento, apoiados diretamente pela Câmara e também são equipamentos municipais. A Junta de Freguesia da Ajuda tem assumido e continuará a assumir a gestão, e bem, pelo sentido de serviço público e de responsabilidade. -----

---- Contudo à situação atingirá níveis de insustentabilidade de se depender unilateralmente da capacidade de investimento da Junta de Freguesia. O nível de utilização e as exigências crescentes precisam de uma resposta que só será consequente com a cooperação, enquadramento protocolar e com participação financeira da Câmara Municipal de Lisboa. Recomenda-se, então, que a Junta de Freguesia da Ajuda reforce, junto da Câmara Municipal de Lisboa, os pedidos formais para a celebração urgente de um protocolo de gestão, funcionamento, conservação e manutenção do pavilhão Multiusos da Ajuda. -----

---- Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que este protocolo contemple uma participação financeira adequada aos custos efetivamente suportados pela Junta de Freguesia da Ajuda com o funcionamento do arco de equipamento. Defenda que o protocolo a celebrar deve planificar as responsabilidades de cada entidade, assegurando previsibilidade, transparência e sustentabilidade na gestão do equipamento. -----

---- Revindique junto da Câmara Municipal de Lisboa o reconhecimento para freguesia, para o movimento associativo, para a prática desportiva, para a cultura, para a educação, e para coesão social da comunidade -----

---- Que a presente deliberação seja remetida à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa e aos grupos municipais com representação na Assembleia Municipal. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu e perguntou quem desejava intervir. De seguida, propôs avançar para a votação, questionando quem votava contra e quem se abstinha, tendo verificado e declarado que a proposta fora aprovada por unanimidade. Por fim, anunciou a apresentação do documento seguinte. -----

----- A Eleita Sandra Almeida (PCP) apresentou o seguinte documento: -----

----- “Voto de Saudação Aos Marchantes e à Marcha da Ajuda” -----

----- “É do conhecimento desta Assembleia que as Marchas Populares de Lisboa são uma das tradições mais emblemáticas da cidade e representam mais do que um simples desfile. Todos os anos, vários bairros da cidade de Lisboa preparam-se para desfilar, primeiro no Pavilhão Atlântico e mais tarde na Avenida da Liberdade, com uma grande exigência na sua preparação (as coreografias, a escrita e a escolha das músicas, o planeamento e execução dos figurinos e dos cenários) para que todos estes elementos demonstrem a identidade e o orgulho de cada bairro. -----

----- A Marcha da Ajuda não foi diferente, com o seu tema «Do Palácio para a Avenida, as modas passas, Lisboa fica». Para muitos moradores, associações e coletividades, as marchas populares representam um momento de trabalho em equipa, fortalecendo laços entre gerações e mantendo as tradições vivas, fomentando a união e o sentimento de pertença. É um dos grandes momentos de participação popular na cidade. E a Marcha da Ajuda conta com uma forte participação de gente da freguesia. Gente que aqui estuda, trabalha e vive, mas que enfrenta cada vez mais dificuldades para permanecer no seu bairro devido ao aumento dos custos da habitação. -----

----- É neste quadro de celebração, alegria e fraternidade que os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida a 18 de Junho de 2026, saúde a Academia Recreativa da Ajuda, todos marchantes e equipa técnica da Marcha da Ajuda pelo seu esforço, empenho e dedicação, pela identidade e pela memória". -----

----- Após a intervenção, a Presidente da Assembleia deu início ao processo de votação da proposta apresentada. Constatando que não existiam votos contra nem abstenções, declarou que a mesma foi aprovada por unanimidade. De seguida, passou à apresentação do documento seguinte. -----

----- O Eleito Emanuel Sousa (Independente) apresentou o seguinte documento: -----

----- "Boa noite a todos. Procurarei ser resumido. Esta proposta de celebração do protocolo visa essencialmente focar-se na prevenção e na preparação das populações para situações de emergência. Recentemente o nosso país foi assolado por fenómenos como tempestades, cheias, em breve vamos ter os incêndios e outros fenómenos de carácter de proteção civil que, a meu ver, e a dever da comunidade, exige que os cidadãos tenham de ter os conhecimentos básicos para a autoproteção e a resposta em emergência. -----

----- As crianças e jovens, de toda e qualquer comunidade em especial aqui da Ajuda, desempenham um papel fundamental na disseminação, na divulgação e na passagem das boas práticas de segurança das famílias junto às comunidades. Portanto, a escola é um espaço privilegiado para a promoção deste tipo de literacia. Nós temos bombeiros, na nossa freguesia, e também temos Bombeiros na nossa freguesia e também vamos reforçar a importância dos Serviços de proteção Civil que têm competências técnicas e experiência operacional que, a meu ver, são parceiros privilegiados para ações de sensibilização, formação e até execução de exercícios práticos. -----

----- Vou dar alguns exemplos, realização de simulacros, realização de palestras nas escolas, Acima de tudo, aumentam a capacidade de resposta na comunidade educativa e na comunidade da freguesia perante situações de emergência e, assim, tentam promover uma cultura de prevenção e segurança. Assim, proponho à Assembleia da Freguesia da Ajuda que delibere: Em primeiro lugar, se estabeleçam contatos com os bombeiros voluntários de ajuda, Proteção Civil PSP e GNR, bem como com as entidades educativas da freguesia, vista a celebração de um protocolo de colaboração. -----

----- Em segundo lugar, promover a realização periódica de palestras, sessões de sensibilização e ações de formação dirigidas à comunidade escolar sobre prevenção e atuação em diferentes e diversos tipos de emergências. -----

-- Em terceiro lugar, incentivar a realização de simulacros e exercícios práticos nas escolas da freguesia, envolvendo toda a comunidade escolar, alunos, professores e demais profissionais da comunidade educativa. -----

---- Um quarto lugar, desenvolver materiais informativos, entre outros, adaptados às diferentes faixas etárias, com o evento Cultura de Prevenção e Autoproteção. -----

---- E, por fim, e aqui o último ponto, avaliar a possibilidade de alargar estas iniciativas para o lado das escolas, também às associações, coletividades e outras instituições da nossa freguesia.-

---- A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu, perguntou quem desejava intervir e concedeu a palavra à Eleita Joana Feliciano. -----

---- A Eleita Joana Feliciano (PS) pediu a retirada da proposta em nome dos eleitos do seu partido, esclarecendo que já existe um protocolo semelhante e notando que a Proteção Civil já realiza ações de sensibilização nas escolas. -----

---- O Eleito Emanuel Sousa (Independente) sugeriu que a iniciativa pudesse manter-se com força de mensagem, para reforçar a intenção da medida, acabando posteriormente por aceitar o pedido de retirada da moção da votação por parte da assembleia.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou que manteria o registo na documentação, assinalando que a proposta fora retirada por já existir um protocolo com o mesmo objeto em vigor. Por fim, deu por concluído o ponto e anunciou a passagem à apresentação do documento seguinte. -----

---- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** a apresentou o seguinte documento: -----

----- **“Ajuda Ecofreguesias XX”** -----

---- *“Muito bem. Ajuda Ecofreguesia 21. Venho desde mais, apresentar a esta Assembleia de Freguesia e a todos os presentes, com a proposta de carácter ambiental, sustentabilidade, que pode trazer valor acrescentado à nossa freguesia. Antes de mais, convém explicar o que é o conceito de ser ecofreguesia XXI. Antes de mais, é pertencer grande rede, a Associação Bandeira Azul do Ambiente de Educação, que em 2014 iniciou este projeto. Trabalha com as freguesias do nosso país, de Norte a Sul, com o desenvolvimento de comunidades sustentáveis. E o que é que eles fazem? Põem em prática os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incentivados pela Agenda 2030.* -----

---- *Estrutura-se no desenvolvimento, motivação para implementar várias ações e projetos a nível local, de carácter participativo, e que vão contribuir para a transformação e para aumentar a sustentabilidade das comunidades onde estão inseridos. As candidaturas são sempre bianuais, atualmente a que está em vigor é 26-27, tem 10 indicadores e vão incidir sobre sustentabilidade ambiental, social, económica, no território das freguesias onde estão a ser implementados. ---- Podíamos dar aqui alguns exemplos do que é que é feito num cenário de pré-academia da Tura.*

---- *Existe um questionário feito aos funcionários sobre as práticas ambientais e sustentáveis desempenhadas, sondagens à comunidade e exames de mais projetos. Por exemplo, no biénio de 2025 e 2026, em Lisboa, houve a representação e algumas destas freguesias obtiveram a bandeira da Ecofreguesia 21, caso de Benfica, Carnide, Santo António e Estrela.* -----

---- *Se a ajuda entrasse, entraria para este grupo freguesias que já têm essas práticas e seriam vinculadas e validadas com um galardão a ser atribuído, chamado de Bandeira Verde Ecofreguesia 21, que avalia o índice de sustentabilidade e de cumprimento das ordens da agenda 2030 dos ODS, objetivo de desenvolvimento sustentável, e basta estar acima de 50% na sua candidatura. Sabemos que a fase 1 está decorreu, à data desta Assembleia. Mas, deixo aqui um repto, para que a Ajuda se envolva no projeto Ecofreguesias 21, não já em 26-27, mas a partir do próximo biénio, em 27-28.* -----

---- *O segundo ponto que vem propor à Assembleia é promover a divulgação e execução de práticas ambientais, de modo que a junta de freguesia venha demonstrar que estão a ser impostos em prática os objetivos de desenvolvimento sustentável, estabelecidos para a agenda 2030. Incrementando a sustentabilidade local e valorizando a cidadania participativa a fim de melhorar a nossa qualidade de vida enquanto fregueses e a qualidade ambiental da freguesia”.*

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** agradeceu e concedeu a palavra à Eleita Morgana Alves, prevendo dar de seguida a palavra ao interveniente Francisco Cardoso. -----

--- **A Eleita Morgana Alves** (Independente) indicou que pretendia subscrever a moção em debate. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** confirmou a subscrição por parte da Eleita Morgana Alves e passou a palavra a Francisco Ornelas. -----

--- **O Francisco Ornelas (PS)** felicitou pela apresentação da moção, considerando-a oportuna, e anunciou o voto a favor da sua bancada. Destacou ainda diversas iniciativas que a Junta de Freguesia tem vindo a desenvolver no âmbito da sustentabilidade, tais como a medição e publicação da pegada ambiental da autarquia, a implementação de medidas para a redução dos consumos de água e energia, e o programa de substituição gradual da frota automóvel.-----

----**O Eleito Tomás Barreiro** questionou se a adesão à referida associação implicava encargos

financeiros. -----

--- **A Senhora Presidente da Assembleia** confirmou a existência de custos e concedeu a palavra ao proponente. -----

--- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** esclareceu que o custo inicial de pré-candidatura era residual — estimando-o entre 100 e 150 euros —, tratando-se de informação pública disponível no sítio da ABAE, entidade responsável pelas bandeiras azuis e verdes. Sublinhou que a freguesia da Ajuda já reunia as condições necessárias para alcançar esse galardão e integrasse no conjunto de freguesias nacionais com boas práticas de desenvolvimento sustentável. -----

--- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se mais alguém desejava intervir e colocou o documento a votação. Após verificar que não existiam votos contra nem abstenções, declarou a moção aprovada por unanimidade, anunciando o início da ordem do dia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

--- **A Senhora Presidente da Assembleia** deu início à ordem do dia com a apreciação da ata número três, referente à terceira sessão ordinária, e perguntou se algum membro desejava intervir. -----

--- **A Eleita Sandra Almeida (PCP)** assinalou a ausência da sua intervenção na página 12 da ata, relativamente à proposta da Iniciativa Liberal sobre a atribuição de apoios às coletividades com base em indicadores de desempenho. Lembrou que, apesar de constarem as opiniões dos restantes eleitos, a sua posição, embora tenha sido a primeira a intervir no debate sobre a recomendação, a intervenção não se encontrava registada. -----

--- **A Senhora Presidente da Assembleia** confirmou a página indicada e recordou que a Eleita Sandra Almeida tinha sido, de facto, a primeira a intervir antes das restantes bancadas. -----

--- **A Senhora Presidente da Assembleia** assegurou que a ata seria devidamente corrigida e colocou o documento a votação. Registou a aprovação da ata com duas abstenções por ausência na referida sessão, por parte do PSD e CDS. De seguida, anunciou a passagem ao ponto seguinte, respeitante à apreciação da informação escrita do Presidente da Junta, concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

--- **O Senhor Presidente da Junta** fez uma apresentação sucinta da informação escrita, destacando as principais atividades do trimestre: na área cultural, salientou as duas exposições de apoio às coletividades no Mercado da Ajuda (CCR e Ochre Kid) e o percurso urbano «Ventos que Alimentam Lisboa» com a Professora Leonor Medeiros, ligado à sinalização e classificação dos moinhos da Ajuda; destacou a continuidade do programa «Ajuda a Ler» nas escolas; na área da segurança, assinalou o facto de a Ajuda ter sido considerada a freguesia mais segura de Lisboa no trimestre, atribuindo o mérito às instituições de segurança, coletividades, associações e moradores. -----

--- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** notou que, ao contrário do passado, em que episódios isolados de insegurança tinham grande destaque mediático, a distinção da Ajuda como a freguesia mais segura de Lisboa não foi noticiada, solicitando ao Presidente da Junta que pedisse às instituições de segurança para fazerem chegar essa informação positiva às redações jornalísticas. -----

--- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a intervenção. -----

--- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se mais alguém desejava intervir e anunciou a passagem à apresentação, discussão e votação da proposta nº244/2026, referente à primeira alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2026, concedendo a palavra ao Presidente da Junta.

--- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que a alteração visava abrir temporariamente uma nova vaga de técnico superior para substituir uma funcionária em situação de mobilidade até à sua consolidação no destino, esclarecendo que a autarquia não necessitava nem tinha

capacidade para manter dois técnicos superiores permanentemente, pelo que a vaga seria encerrada assim que o processo ficasse concluído. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** colocou a proposta nº244/2026 à votação, declarando-a aprovada por maioria, com a abstenção da bancada do PSD, e anunciou a passagem à autorização para celebração de contratos interadministrativos com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

---- **O Eleito Tomás Barreiro (PSD)** sugeriu que as propostas fossem votadas ponto a ponto. ----

---- **O Senhor Presidente da Junta** concordou com a votação individualizada. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** introduziu a proposta 228/2026, respeitante ao contrato interadministrativo de cooperação para a otimização de recursos afetos à higiene urbana, e deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** apresentou um enquadramento global sobre os contratos interadministrativos com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), explicando que se tratam de competências da Câmara Municipal de Lisboa, delegadas na Junta. Denunciou o facto de os protocolos serem submetidos a aprovação muito tardiamente, referindo que o trabalho correspondente ao primeiro semestre já tinha sido executado sem que a autarquia recebesse qualquer verba. Explicou que a Junta não podia interromper os serviços sob pena de despedir trabalhadores e deixar as ruas por limpar, mas alertou que os montantes transferidos se mantêm inalterados em relação a anos anteriores — estando a verba para as ecoilhas congelada aos valores de 2018 e prevendo-se o seu fim no próximo ano —, o que, perante a inflação e o aumento dos custos, resultará inevitavelmente na perda de qualidade do espaço público e dos espaços verdes. Relativamente ao Fundo de Emergência Social (FES), assinalou um corte não avisado de 40% no financiamento. Concluiu apelando aos eleitos para sensibilizarem os seus partidos na CML para a necessidade de rever este modelo de relacionamento, recomendando, contudo, o voto favorável por ser indispensável receber as verbas dos trabalhos já efetuados, num montante global de 224 mil euros. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao Eleito Emanuel Sousa. -----

---- **O Eleito Emanuel Sousa (Independente)** criticou a postura do executivo camarário por manter valores de transferência desatualizados que ignoram a inflação e o aumento de custos dos últimos anos. Defendeu que a Junta assume a linha da frente na resposta a 15 a 16 mil cidadãos e exortou as forças políticas representadas na Câmara a atualizarem urgentemente os valores dos protocolos, anunciando o seu voto favorável. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** colocou as propostas a votação individualmente: -----

---- Proposta 228/2026 (Higiene urbana): aprovada por unanimidade. -----

---- Proposta 229/2026 (Recolha de resíduos indevidamente depositados): aprovada por unanimidade. -----

---- Proposta 230/2026 (Aditamento ao contrato do Fundo de Emergência Social): aprovada por unanimidade. -----

---- Proposta 231/2026 (Manutenção de espaços verdes e áreas expectantes): aprovada por unanimidade. -----

---- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia** anunciou a passagem ao ponto seguinte, referente à autorização e ratificação do acordo de parceria para a implementação do projeto GEPE Jovem — Espaço de Capacitação e Oportunidades (proposta 232/2026), concedendo a palavra ao Presidente da Junta. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu tratar-se da formalização de um acordo de parceria com diversas entidades para apoiar jovens da freguesia que não estudam nem trabalham a encontrarem um percurso de vida e profissional. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** colocou a proposta 232/2026 a votação, declarando-a aprovada por unanimidade, e passou à apreciação da proposta 246/2026, referente à 8.ª alteração ao Regulamento da Tabela Geral de Taxas da Junta de Freguesia. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que a alteração visava replicar as taxas praticadas pela CML para o aluguer de espaços da Junta, permitindo rentabilizar instalações e gerar receita própria para reforçar a autonomia financeira da autarquia. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** colocou a proposta 246/2026 a votação, declarando-a aprovada por maioria, com a abstenção do PCP. De seguida, deu início ao período aberto de questões de interesse da freguesia, concedendo a palavra à Eleita Sandra Almeida. -----

---- **A Eleita Sandra Almeida (PCP)** questionou o Executivo sobre rumores relativos a dificuldades financeiras graves na Associação de Actividades Sociais do Bairro do 2 de Maio, mencionando o risco de cortes de subsídios, não pagamento de salários e eventual encerramento da instituição. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** manifestou grande preocupação com a situação da Associação de Actividades Sociais do Bairro do 2 de Maio, enaltecendo o seu trabalho insubstituível no acolhimento de famílias de baixos rendimentos. Esclareceu que a Junta e a CML (através do FES-Instituições) têm acompanhado a situação e procurado apoiar dentro das suas possibilidades, referindo ter estado presente numa reunião com a Direção da instituição e a Vereadora dos Direitos Sociais da CML, ressaltando, contudo, a autonomia da associação. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à Eleita Morgana Alves. -----

---- **A Eleita Morgana Alves (Independente)** pediu informações sobre o ponto de situação de várias propostas aprovadas em reuniões anteriores (Centro Intergeracional, à proposta do Monsanto, a Praça das Quatro Relvas, Esgoto do Bairro do Casalinho e melhoria da segurança nas passeadeiras), questionando se existiam respostas da CML ou formas de insistir junto da autarquia central. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que a CML é uma estrutura muito pesada e que o Executivo tem reforçado sistematicamente os pedidos de resposta por ofício e em reuniões com os vereadores, colocando a Junta à disposição da Assembleia para eventuais diligências complementares. -----

---- **A Eleita Morgana Alves (Independente)** reiterou a disponibilidade para ajudar a agilizar e pressionar por respostas da Câmara Municipal. -----

---- **O Eleito Tomás Barreiro (IL)** questionou o ponto de situação de uma fuga de água na Rua de Dom Vasco que causou o abatimento da via. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** confirmou a gravidade da situação por se tratar de um coletor de esgoto em frente a um mercado e a uma escola. Explicou que a CML já estancou a fuga e contratou um empreiteiro para concluir a obra, aproveitando para alertar para a falta de meios próprios da CML para intervir com rapidez em colapsos de coletores, o que gera demoras prolongadas na resolução destas questões em vários pontos da freguesia (como na Rua Dom João de Castro). -----

---- **A Eleita Maria João Jorge (PS)** alertou para o abatimento do coletor de esgoto ao longo de toda a Rua Coronel Pereira da Silva, com desníveis de 10 a 15 centímetros na calçada e nas passeadeiras. Alertou ainda para a remoção sistemática de pilaretes por parte dos moradores para criar lugares de estacionamento, o que impede a manobra de veículos nos cruzamentos do bairro. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu os alertas, garantindo que a autarquia iria acompanhar a situação do coletor e tomar nota da questão dos pilaretes. -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da ata em minuta da sessão relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado aprovar a mesma por unanimidade. -----



----Da sessão Foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos
membros de Mesa presentes-----

1º SECRETÁRIO _____ 2º SECRETÁRIO _____

-----O PRESIDENTE-----